

ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DO CONTRATO DE COMUNICAÇÃO MIDIÁTICO FIRMADO PELA REVISTA NOVA ESCOLA EM EDIÇÕES QUE ABORDAM O ENSINO DE LEITURA (2010 – 2014)

Anabel Medeiros de Azerêdo

Orientadora: Prof^a Dr^a Beatriz dos Santos Feres

Dissertação recém-defendida

Apresentação

A formação continuada e a atualização frequente do professor da Educação Básica são preocupações permanentes dentro e fora da escola, que suscitam ações das esferas pública e privada para garantir a sua existência e eficácia.

A demanda por formação pedagógica levou à escola recursos destinados à pesquisa, tais como livros, jornais e revistas, além do acesso à internet, como o afirma Silveira (2006, p.7):

A busca por respostas e soluções aos problemas enfrentados pelo sistema educacional brasileiro - problemas esses frequentemente associados à falta de preparo dos professores para trabalhar em sala de aula - abriu espaço para um vasto mercado de publicações destinadas a esses profissionais, que surgiram com o objetivo principal de auxiliá-los em sua prática.

Um dos veículos de formação docente mais acessível ao professor são as revistas educacionais. É fato que, em um mundo globalizado e evoluído tecnologicamente, como o da atualidade, há múltiplas formas de acesso ao conhecimento, mas esses periódicos continuam ocupando um espaço privilegiado de informação e formação continuada entre os docentes.

Para Frade (2011), revistas são categorizadas como gênero pertencente ao campo de produções impressas, consequentemente, ao das mídias impressas, devido à sua relação inseparável com o mercado editorial.

Frade (2011) ainda afirma que as revistas educacionais possuem características de outros tipos de revistas segmentadas, como por exemplo, o formato, a veiculação impressa, um público leitor definido e gêneros textuais específicos. Entretanto, há critérios relacionados à finalidade de produção, que definem e categorizam periódicos no âmbito da educação, e se revelam na linguagem, nos gêneros textuais, na diagramação e no *design* dessas revistas.

Por isso, a análise das características do próprio suporte, relacionada aos elementos que transitam entre os campos da Educação e da Comunicação, faz-se necessária. No que tange à *Nova Escola*, é preciso refletir, ainda, sobre o modo como os temas educacionais são abordados, principalmente, porque o próprio periódico inscreve-se no âmbito de revistas educacionais como *a maior revista de Educação do país*¹, visando à formação e à prática docente. Pergunta-se, entretanto: esse propósito se reflete na efetiva constituição da revista? O que sua conformação revela a esse respeito?

A escolha da revista *Nova Escola* deveu-se à sua popularidade no meio pedagógico; ao acordo firmado entre a editora *Abril* e o governo federal, que mantém financeiramente a produção e a distribuição da revista em unidades de ensino da rede pública; e à sua inclusão à lista de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Nesta pesquisa, tem-se por finalidade analisar o contrato de comunicação que a revista instaura com o seu leitor e elucidar as concepções de leitura presentes em *Nova Escola*. Parte-se da hipótese de que a revista pode apresentar mais recursos de captação do leitor do que de informação, fato que a colocaria no rol de periódicos não científicos.

Os objetivos pretendidos podem ser organizados da seguinte forma:

¹Disponível em: < http://publicidade.abril.com.br/marcas/novaescola/revista/informacoes-gerais>. Acesso em 13/01/2015.

- Analisar, através da teoria Semiolinguística proposta por Charaudeau, o contrato de comunicação que a revista Nova Escola instaura com o seu leitor nas matérias que tratam do trabalho com a leitura;
 - Identificar as *visadas* discursivas da revista;
- Descrever as estratégias discursivas de que a revista faz uso para adquirir captação e credibilidade e
- Identificar as concepções de leitura que perpassam as reportagens da revista Nova Escola e avaliar sua consonância aos PCNs.

Para constituir o *corpus* dessa pesquisa, decidiu-se elencar edições da revista *online* que compreendem os anos 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, a fim de que uma análise de ordem qualitativa permita uma amostragem recente das concepções de leitura presentes na revista *Nova Escola*.

O contrato de comunicação midiático

As mídias, nas palavras de Charaudeau (2010, p.17), são como uma "máquina de fazer viver as comunidades sociais, que manifesta a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores". Sendo assim, é preciso investigar e revelar a maneira como os organismos de informação transformam um mundo a descrever e a comentar em um mundo descrito e comentado, para que os efeitos produzidos não sejam os únicos a serem percebidos, mas também os efeitos visados.

O contrato de comunicação midiático é semelhante ao contrato de comunicação geral. Contudo, Charaudeau (2010, p.73-14) afirma que no contrato de comunicação midiático, a instância de produção é constituída por muitos atores – desde os diretores do organismo de informação até o jornalista que assina a matéria—, já que todos contribuem como coenunciadores para que a enunciação seja aparentemente homogênea, embora o jornalista seja considerado a figura mais importante dentre todas. Por essa razão, o autor denomina instância midiática a instância global de produção, que inclui todos os que a compõem, porque para Charaudeau (2010, p.74) é difícil encontrar o responsável pela enunciação da informação, mesmo quando um jornalista assina uma matéria, já que os efeitos que a instância midiática de produção pode causar sob o projeto de fala do EUe são muitos. Ramos (2009)

afirma que a autoria das matérias publicadas na revista *Nova Escola* é atribuída à revista, e não a um jornalista, especificamente.

Para se estabelecer um contrato de comunicação midiático é preciso presumir a instância de recepção, que para muitos estudiosos é composta pelo público. No entanto, o público não pode ser generalizado, pois se trata de uma instância heterogênea e instável. Por isso, torna-se difícil, para a instância midiática, presumir uma identidade social para a instância de recepção, primeiramente porque essa não se faz presente, fisicamente, na situação de comunicação. E, em segundo lugar porque não se consegue determinar categorias quanto ao *status* social e cognitivo do receptor público, ou seja, não é possível definir de que forma essa instância apreende os acontecimentos, os compreende e interpreta. Apesar disso, alguns organismos de informação se baseiam em hipóteses e fazem escolhas quanto ao seu público alvo em função de opiniões políticas, de classes sociais, de faixas etárias, de profissões (como é o caso da revista *Nova Escola*) etc.

Como a instância de recepção possui uma variedade de valores ético-sociais e afetivo-sociais, Charaudeau (2010, p. 79) afirma que o TUd ou o destinatário-alvo é abordado de duas maneiras, a saber: como alvo intelectivo ou como alvo afetivo. O alvo intelectivo é aquele capaz de avaliar seu interesse de acordo com o que lhe é proposto e de atribuir credibilidade à instância midiática que se propõe a transmitir-lhe a informação. Já o alvo afetivo é considerado aquele que constrói avaliações por meio de reações de ordem emocional e de modo inconsciente. No processo de construção do destinatário-alvo, Charaudeau (2010) esclarece que a instância midiática leva em consideração a integração entre o alvo intelectivo e o afetivo, dando origem à opinião pública.

O TUi ou o receptor-público compreende os sujeitos considerados sob o ponto de vista comportamental enquanto consumidores de um produto comercializado: a mídia. Portanto, para conhecer o comportamento dessa instância, Charaudeau (2010) afirma que a instância midiática, agora como responsável por uma empresa lucrativa, faz uso de duas técnicas: a que confere o sucesso de uma programação por meios eletrônicos e o estudo de impacto, que permite observar os efeitos produzidos por meio da maneira que o receptor-público trata determinado programa.

A revista *Nova Escola*, assim como outras mídias impressas, possui uma seção editorial denominada "Caixa Postal", que se destina à publicação dos comentários dos leitores a respeito das edições anteriores. Dessa forma, a revista mantém contato com o leitor ao

mesmo tempo em que verifica o êxito de seu trabalho, induzindo o leitor a crer no sucesso de suas reportagens.

Concepções de leitura

As concepções de leitura utilizadas como referencial para esta pesquisa provêm de áreas variadas, porém, todas de acordo com a relevância para o atual estudo e em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997) – documento oficial de orientação para o trabalho com a língua materna.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (2010, p.41):

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. Não se trata simplesmente de extrair informação da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita.

Nessa mesma perspectiva, Feres (2003, p.34) define o ato de ler como "um agir em direção à construção de sentido de um texto escrito", ao passo que essa é uma atividade que pressupõe "ativação de capacidades cognitivas e relacionais para decodificação, compreensão e interpretação do material escrito [...] além de uma não-passividade daquele que lê".

Coscarelli e Cafiero (2013, p.16) também admitem a participação ativa do leitor no processo de construção de sentidos:

ler não é uma tarefa simples, é uma atividade complexa da qual o leitor participa ativamente, não é passivo. Ele não "recebe" sentidos prontos, mas age sobre o texto e o processa (re)construindo sentidos a partir de suas próprias experiências de mundo, de seus conhecimentos, de suas crenças. Ler exige trabalho. Trabalho cognitivo, porque mobiliza uma série de capacidades ou habilidades do sujeito leitor, como as de perceber, analisar, sintetizar, relacionar, inferir, generalizar, comparar, entre outras; trabalho social, porque tem finalidades como: ler para se ligar ao mundo, para se conectar ao outro.

O processo de aquisição da habilidade leitora tem início logo que o aluno ingressa na primeira etapa da Educação Básica. Desde muito cedo, a escola inicia o trabalho de leitura

com a criança, mas percebe-se que ao longo desse trabalho, a escola acaba transmitindo ao aluno a ideia de que o ato de ler deve se tornar hábito. Por isso, a leitura, para muitos, associase ao conjunto de obrigações a serem cumpridas, recordando a expressão: *lei dura*, usada por Silva (1992, p.10), em vez de leitura.

Como afirma Yunes (2002, p.15), a escolarização depende exclusivamente do domínio da escrita, pois, para a autora, a raiz da escola está na alfabetização. Por isso, é curioso perceber que, em uma tradição escolar que se realiza essencialmente por meio de leitura, despontem índices tão altos de *analfabetismo funcional*².

Como se pode constatar, o ensino de leitura passa por problemas não só de ordem teórica, mas também prática. Contudo, enquanto não se instituem políticas públicas capazes de amenizar, quiçá sanar, tais dificuldades, o professor busca o aprimoramento de sua formação na ânsia de solucionar os problemas relativos ao trabalho escolar. No entanto, esses profissionais ainda se deparam com outros entraves: a falta ou a incompatibilidade de horário livre para frequentar cursos oferecidos em universidades ou em outras instituições, e o custo elevado de livros destinados à formação pedagógica.

É nesse contexto que se destacam as revistas educacionais, materiais de fácil acesso para a divulgação de saberes e de práticas docentes. Entretanto, não se pode ignorar o fato de que o próprio gênero revista possui características próprias que a distinguem do gênero livro. Além disso, as revistas educacionais encontram-se marcadas pelo discurso da comunicação e, consequentemente, devido às exigências para a circulação lucrativa no mercado, estão sujeitas ao discurso midiático.

Breve análise das reportagens publicadas pela Nova Escola

Na presente pesquisa, pretende-se apresentar uma análise qualitativa das matérias selecionadas da revista *Nova Escola* que tratam do ensino de leitura na Educação Básica. É importante ressaltar que o *corpus* desta pesquisa foi inteiramente pesquisado e coletado pela *internet*, uma vez que o *site* da revista mantém disponíveis as edições mensais de *Nova Escola*.

-

(Soares, 1999, p.101)

²A expressão *analfabetismo funcional* está sendo usada em oposição a *letramento funcional*, definido como *comportamentos letrados cotidianos que a aprendizagem formal em contextos escolares não parece promover.*

A situação de comunicação em que se encontram a revista *Nova Escola* e seus leitores, segundo Charaudeau (2005), configura-se sob o modelo de monolocução, ou seja, os parceiros estão ligados por um contrato de troca postergada. Enquanto instância de produção, percebe-se que a revista *Nova Escola* seleciona, proeminentemente, quatro *visadas* combinadas em pares. Ora articula a *visada* de informação à de incitação, semelhante ao contrato midiático, para fazer o leitor crer não só na sua versão de fatos, mas também que isso é importante para ele; ora a de instrução à de prescrição, para ditar-lhe o que deverá saber e fazer.

Como instância produtora, semelhante ao que ocorre no contrato de comunicação, não há como definir os sujeitos responsáveis por assumir as posições de comunicante e de enunciador. *Nova Escola* ocupa as duas posições, pois como afirma Ramos (2009), os próprios leitores atribuem à revista a autoria das reportagens, embora haja um jornalista que assine as matérias. Apesar disso, não se pode deixar de destacar que a Revista *Nova Escola* é escrita por jornalistas e não por professores, diferentemente de outras revistas educacionais (FRADE, 2011).

Quanto à identidade da instância de recepção, segundo Ramos (2009), a Revista Nova Escola visa um público-receptor composto por professores do Ensino Fundamental, das redes públicas e particulares de ensino, além de diretores, orientadores educacionais e estudantes de pedagogia ou de cursos de licenciaturas. Contudo, o destinatário-alvo acaba sendo o leitor-médio, identificado como aquele professor que se considera atrasado, com déficit de conhecimento, de formação e de atualização, incapaz de compreender o currículo escolar e o que se espera dele enquanto profissional, mas competente o suficiente para compreender o que está sendo veiculado através da revista.Pode-se dizer que a identidade do destinatário-alvo da Revista Nova Escola influencia a sua materialidade, uma vez que para corresponder às necessidades desse público, a revista tem de fazer uso de estratégias que toquem a sua afetividade.

A edição nº 234 da Revista *Nova Escola* trouxe uma série de reportagens sobre leitura, que se intitulou "Literatura, muito prazer". Uma característica notável nessa edição é a interpelação da revista ao professor. Considerando o público-receptor da revista – professores do Ensino Fundamental, diretores, orientadores educacionais e estudantes de pedagogia –, o enunciado escolhido para apresentação da reportagem sugere certa desqualificação em relação ao próprio campo de saber desses profissionais. Essa sugestão torna-se explícita no texto que segue abaixo do título:

A escola é um ambiente privilegiado para garantir muito contato com os livros. Conheça, passo a passo, os caminhos para ir além dos resumos e questionários de leitura e incentivar na garotada o gosto pelas obras literárias —mesmo que você não tenha familiaridade com esse tipo de texto. (MEIRELLES, 2010, n.234)

A informalidade expressa pelo pronome *você* sugere proximidade e simetria entre o EUc. e o TUd., o comportamento alocutivo expresso na forma verbal imperativa comprova a autoridade da revista enquanto EUc., além de revelar que é detentora de um conhecimento que o seu destinatário não possui, portanto, de forma prescritiva, a revista transmitirá ao TUd., ou seja, ao professor, o conhecimento que ele deve ter.

No tocante ao trabalho com o ato de ler, de acordo com a edição 234, para se aprender a gostar de ler é preciso intensificar a quantidade de leitura:

Para começar, é preciso compreender que, antes de analisar e refletir sobre os aspectos formais da literatura (história, linguagem etc.), os estudantes têm de gostar de ler. E isso só se faz de uma maneira: lendo, lendo". (MEIRELLES, 2010, n. 234)

Essa asserção é conflitante com as concepções de leitura apresentadas neste trabalho. Além disso, a revista não apresenta fundamentação teórica para afirmar que ler de maneira aleatória e forçosamente, como parece sugerir, desenvolva o gosto pela leitura. Essa concepção remete a um ditado popular, muito estimado pelo senso comum para modificar um comportamento insatisfatório: água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. Considerar que o gosto pela leitura emerge da quantidade de livros lidos conduz a outra concepção bastante difundida, resgatada pela revista nessa mesma edição: a de que leitura deve se tornar um hábito. Na reportagem "Literatura do 6º ao 9º ano: ensine a teoria sem deixar de lado as práticas de leitura", essa ideia é repetida, pelo menos, três vezes.

Em algumas edições dos anos seguintes, a concepção de leitura como hábito ainda pode ser verificada: "O que faz da poesia de cordel um instrumento capaz de estimular o hábito da leitura são características que costumam encantar as crianças..." (CALHADO, 2011, n. 243); e "Transformar a leitura em um hábito regular requer bem mais do que infraestrutura". (FERNANDES, 2012, n. 252).

Para Silva (1992), as palavras "estimular" e "hábito" indicam uma abordagem mecanicista de leitura, na qual o ato de ler passa a ser um comportamento adquirido pela

repetição e se torna involuntário ou automático, eliminando as possibilidades de reflexão e transformação advindas da leitura".

A edição 234 da revista também aponta para a concepção de leitura como *hobby*: "O ideal é que a rotina diária inclua momentos de leitura em aula e que os alunos sejam incentivados a levar exemplares para ler em casa – por hobby mesmo, sem que isso vire uma tarefa obrigatória". A palavra *hobby* tem origem inglesa, e em português, segundo Ferreira (2010, p. 401), adquiriu o seguinte significado: "atividade de recreio ou de descanso, praticada, ger., em horas de lazer":

Soares (1999, p.22) categoriza três tipos fundamentais de leitura, a saber: leitura funcional, leitura de entretenimento e leitura literária. Apesar de destinar à leitura de entretenimento a representação do lazer, "aquela que se faz em busca do prazer, que traz satisfação emocional e identificações, ampliação do horizonte pessoal para outros mundos e outros seres humanos", a autora não exclui a possibilidade de que os outros modos de ler também causem o efeito de prazer. Contudo, considerar a leitura um hobby é reduzir o efeito de prazer causado pelo ato de ler à leitura que se realize em horas de lazer.

Apesar de a revista tratar do ensino de leitura por meio de concepções conflitantes com as dos PCNs e dos estudos mais recentes, pode-se observar que ao mesmo tempo comporta abordagens que se assemelham a esse perfil, como pode ser observado, respectivamente, nas edições 234 e 243:

Mesmo antes de aprender a ler, as crianças devem ser colocadas em contato com a literatura. Ao ver um adulto lendo, ao ouvir uma história contada por ele, ao observar as rimas (num poema ou numa música), os pequenos começam a se interessar pelo mundo das palavras. (MEIRELLES, 2010, n.234)

Depois de ler, o que discutir com as crianças? Regionalismos, metáforas e palavras que fogem da grafia-padrão, por exemplo. Fatos históricos e aspectos culturais referentes à narrativa também devem ser abordados. Se você intercalar a leitura de cordéis com a de outros gêneros literários, discuta as diferenças entre eles. (CALHADO, 2011, n. 243)

Considerações Finais

O contrato de comunicação que a Revista *Nova Escola* instaura com o seu públicoreceptor (profissionais e estudantes de Educação) é caracterizado pela posição de superioridade em que a revista se coloca – aspecto próprio daquele que ocupa a posição de EUc. no contrato midiático –, sobrepondo-se à posição do professor.

Nova Escola se apresenta como um periódico educacional, entretanto, sua diagramação e linguagem, assim como a possibilidade de aquisição em bancas de jornal a assemelham mais aos produtos midiáticos, que também possuem essas características. Além disso, Nova Escola é redigida por jornalistas, enquanto outros periódicos educacionais são escritos por professores ou profissionais da área, por isso a revista tem de recorrer frequentemente a citações de autoridades da área, a fim de adquirir credibilidade diante do público-receptor.

As concepções de leitura elucidadas nas quatro edições da revista analisadas podem ser conceituadas como híbridas: ora a revista trata da leitura como hábito e *hobby*, ora assume uma postura mais próxima ao que os PCNs de Língua Portuguesa propõem.

A indefinição da posição da revista quanto ao ensino de leitura causa confusão para os professores que compõem o seu público-alvo, uma vez que estão sujeitos a adquirir conceitos conflitantes de leitura. Em revistas de Educação, espera-se uma tomada de posição, ainda que pareça implícito o compromisso com a verdade.

A leitura concebida como hábito anula todas as possibilidades de reflexão e transformação que o ato de ler pode oferecer. O mesmo ocorre quando concebida como *hobby*, passando a ser categorizada como mais uma atividade de lazer, reduzindo a potencialidade de seus efeitos enquanto prática social, veículo de acesso e de construção de conhecimento.

Portanto, a abordagem de concepções divergentes de leitura que a *Revista Nova Escola*propaga, a organização editorial de sua criação e circulação servem a fins eminentemente mercadológicos, e não pedagógicos. Dessa forma, pode-se concluir que a Revista *Nova Escola*não deve ser considerada uma fonte de pesquisa, atualização e aprimoramento do professor, uma vez que o periódico não reúne elementos suficientemente fundamentados que o permita cumprir a função para qual se destina.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

CALHADO, Cyntia. Ler por prazer no ritmo do cordel. *Nova Escola*, São Paulo, n. 243, jun./jul., 2011. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/fundamental-1/ler-prazer-ritmo-cordel-636143.shtml>. Acesso em: 03/01/2014.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In*: PAULIUKONIS, Maria Aparecida L.; GAVASSI, Sigrid (orgs.). *Da Língua ao Discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

______.Discurso das Mídias. Trad. Angela M. S. Corrêa. 2 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

COSCARELLI, Carla Viana; CAFIERO, Delaine. Ler e ensinar a ler. *In*: COSCARELLI, Carla Viana (org.). *Leituras sobre a leitura*. Belo Horizonte: Vereda, 2013.

FERES, Beatriz dos Santos. *A escola "faz questão" de leitores autômatos ou autônomos?* Dissertação (Mestrado em Letras). Niterói, UFF, Instituto de Letras, 2003.

FERNANDES, Elisângela. Bibliotecas escolares: livros tão, tão distantes das mãos dos alunos. **Nova Escola,** São Paulo, n. 252, maio, 2012. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/bibliotecas-escolares-livros-tao-tao-distantes-maos-alunos-687661.shtml. Acesso em: 03/01/2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FRADE, Isabel Cristina A. da S. Revistas pedagógicas: Qual é a identidade do impresso? *In:* BATISTA, Antônio Augusto G. & GALVÃO, Ana Maria de O. (orgs). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*.3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 105 -126.

MEIRELLES, Elisa. Literatura, muito prazer. *Nova Escola*,São Paulo, n. 234, ago., 2010. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/literatura-muito-prazer-584195.shtml. Acesso em 03/01/2014.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. 6ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

SILVEIRA, F. R. *Um estudo das capas da revista Nova Escola: 1986-2004*. Campinas, 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade deEducação. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000380842>. Acesso em: 03/01/12014.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros.2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

RAMOS, M. E. T. *O ensino de história na revista Nova Escola (1986 – 2002): cultura midiática, currículo e ação docente.* Tese Doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/D09_ramos.pdf> Acesso em: 03/01/2014.

YUNES, Eliana. Pensar a leitura:	Dados para um complexidades.	a história da le Rio de Janeiro:	itura e da escr Editora PUC-l	ita. <i>In</i> : YUNES Rio; São Paulo:	S, Eliana (org.) Loyola, 2002.